

# uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga vila de são sebastião do ribeirão preto, década de 1870

Luciana Suarez Lopes\*

Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Membro do NEHD — Núcleo de Estudos em História Demográfica e do HERMES & CLIO — Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica, ambos da FEA/USP.

## RESUMO

Neste trabalho, estudam-se, para a década de 1870, a economia e a alocação de riqueza na antiga vila de São Sebastião do Ribeirão Preto. A fonte documental utilizada são os inventários *post-mortem* da localidade. Nesse período, o pequeno núcleo urbano passou por uma série de transformações, que foram essenciais na preparação do que se tornaria um dos principais núcleos produtores de café do interior paulista no último quartel do século XIX. Os diversos bens encontrados no *corpus documental* considerado foram agrupados em cinco categorias — bens imóveis, escravos, animais, bens móveis e dívidas ativas — e os valores, originalmente expressos em mil-réis, foram transformados em libras esterlinas.

**Palavras-chave:** riqueza, cafeicultura, escravidão, posse de escravos.

## ABSTRACT

This paper analyses the economy and the decisions of wealth allocation in one of the most important cities on the northeast of São Paulo, Ribeirão Preto, between 1870 and 1879. The main primary source used in this article are the detailed list of property of the deceased (*inventários post-mortem*). In that period, the small village passed through many transformations which prepared it to become one of the most important coffee producers of São Paulo State in the later years of the XIX century. The various goods and properties found in the primary source were grouped in five categories: real state, slaves, animals, furniture and other assets — and the values, originally expressed in mil-réis were converted in pounds.

**Key words:** wealth, coffee cultivation, slavery slaveholding.

## Introdução

O município de Ribeirão Preto está localizado no nordeste do estado de São Paulo, distante aproximadamente 330 km da capital do

\* A pesquisa que deu origem ao presente artigo recebeu auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Submetido: março, 2007; aceito: julho, 2007.

Estado, como mostra o Mapa 1 .A origem da antiga vila de São Sebastião do Ribeirão Preto está ligada à formação do patrimônio eclesiástico de São Sebastião. Diferentemente de outras localidades, que consideram como sendo a data de sua fundação - a correspondente à elevação da localidade à categoria de vila - Ribeirão Preto considera como data de fundação a da demarcação das terras doadas ao patrimônio de São Sebastião, feita em 19 de junho de 1856.

A vila de São Simão foi ponto de partida para o surgimento desse arraial, em especial uma de suas fazendas, a do Rio Pardo, com extensão de aproximadamente 13.262 alqueires, apossada por José Dias Campos ainda na primeira década do Oitocentos<sup>1</sup>. Campos era português e chegou à região após passar um período em Minas Gerais, onde se casou e teve filhos<sup>2</sup>. Ele e seus filhos apossaram-se das terras em questão no ano de 1811, ratificando a posse das mesmas em 1816 e denominando de Ribeirão Preto o principal curso d'água da fazenda. Posteriormente, as terras não efetivamente ocupadas pela família Dias Campos, as da fazenda Rio Pardo foram ocupadas por outra família, que chegava à região: os Reis de Araújo. A partir daí, começa uma disputa judicial pela posse das ditas terras, contenda que chegou ao fim em 1846. Nesse ano, as terras em questão foram avaliadas e os Reis de Araújo pagaram aos Dias Campos o montante combinado. A posse, então, ficou definitivamente nas mãos da família Reis de Araújo.

Mapa 1 — Localização de Ribeirão Preto



Fonte: Modificado a partir de Milliet, 1938: 24.

<sup>1</sup> Sobre a família Dias Campos e a fazenda Rio Pardo ver MARTINS (1998), BRIOSCHI (1999) e LAGES (1996), de onde foram extraídas as informações apresentadas.

<sup>2</sup> Informações dadas a Martins por Wanderley dos Santos, Diretor do Arquivo Público Municipal de Franca, já falecido (Cf. MARTINS, 1998: 271)

E foram os próprios Reis de Araújo que tentaram, pela primeira vez, doar terras ao patrimônio de São Sebastião, em 1845. Como o processo de doação não apresentava avanços, novas doações foram feitas no ano de 1852, na tentativa de fazer com que a Igreja abreviasse o julgamento da questão. Os doadores, por outro lado, tentando apressar o processo, dirigiram-se ao Juiz de Paz de São Simão, para que este já lavrasse a escritura da doação. O escrivão, então, redigiu o documento, que já especificava o local em que deveria ser construída a capela, informando, inclusive, estarem prontos alguns dos materiais necessários à sua construção.

Para iniciar as obras, os doadores deveriam obter autorização do Bispo, solicitada pelo vigário Jeremias José Nogueira. O Bispo encaminhou o pedido ao Cônego Promotor, responsável por verificar a existência de alguma irregularidade no processo e, para isto, pediu alguns esclarecimentos. Enquanto a resposta de tais indagações não fosse apresentada para as autoridades da igreja, a autorização não seria concedida<sup>1</sup>.

Como a doação ainda não chegava ao valor exigido, foram feitas outras doações pelos moradores de outra fazenda próxima. O possível patrimônio de São Sebastião passou a ser então composto por terras de diversas fazendas da região. Contudo, nem todos os doadores conseguiram comprovar a posse legítima de suas glebas, o que impediu a Igreja de aceitar a doação. Firmes em seu propósito, os moradores da região passaram a cogitar a hipótese de mudar o local do patrimônio para a fazenda Barra do Retiro, cujo processo de divisão judicial havia sido requerido por seu maior proprietário, José Borges da Costa, em 27 de janeiro de 1852. A divisão judicial foi finalizada em 19 de junho de 1856, data em que foram lavradas as diversas escrituras e demarcado o

Conforme transcreveu Costa, "[...] Para ficar firme e valioso o presente patrimônio deve o constante zelador justificar os itens seguintes: 1º — Que as terras que formam o patrimônio para a capela e a meio, cento e vinte mil réis, podem render por ano cinco mil réis para os juizamentos da mesma; 2º — Que as terras de vínculo doutra capela ou morgado não têm foro, censo, obrigação nem encargo algum, não estão hipotecadas ou outro qualquer princípio obrigada, a vendas, dívidas, dotes ou finanças; 3º — Que na doação feita não há dolo, simulação, engano, nem pacto algum expresso ou simulado pelo que se obriga a restituirem em terra ou em parte no rendimento. A este item deporão os doadores bem como assinarão... 4º — Que das presentes doações que formam o patrimônio não resulta prejuízo a herdeiro ou credores, havendo-os. Além dos documentos que apresentam, devem mostrar que os doadores eram legítimos senhores e possuidores daquelas propriedades [...]" (Cf. COSTA, 1955: 46)

patrimônio do santo. À demarcação do patrimônio seguiu-se a construção de uma capela provisória, substituída pela igreja matriz, no final da década de 1860.

Mapa 2 — Antigo Município de São Simão (São Simão, século XIX)



Fonte: Modificado pela autora a partir de: Bazan, *Antigo Município de São Simão Situação Geográfica no século XIX*. Mapa b&p, Escala 1:200.000, in MARTINS, 1998.

A localidade foi elevada à categoria de freguesia em 1870 e, em 1871, pela lei nº 67, a freguesia foi elevada à categoria de vila, com a denominação de "Villa da Capela de São Sebastião do Ribeirão Preto" (MIRANDA, 1971:14), sendo oficialmente desmembrada de São Simão. Com esse desmembramento, a então vila de São Simão perde mais da metade de seu território, como pode ser observado no Mapa 2. O território da antiga fazenda Rio Pardo pode ser observado em detalhe no Mapa 3. A Câmara Municipal foi criada em 1874 e as primeiras eleições ocorreram em 22 de fevereiro daquele ano. O início das atividades admi-

nistrativas ocorreu em 13 de julho de 1874. A localidade contava, então, com quatro ruas, seis travessas e dois largos (MIRANDA, 1971:14).

O primeiro levantamento mais completo sobre a população ribeirão-pretana e suas atividades econômicas ocorreu em 1874, como parte do Recenseamento Geral do Império de 1872.<sup>4</sup> Naquele ano, existiam 5.552 habitantes, dos quais 857 escravos. Essa população era composta basicamente por brasileiros brancos, solteiros, católicos e analfabetos.

Mapa 3 — Antiga Fazenda Rio Pardo (Ribeirão Preto, século XIX)



Fonte: Modificado pela autora a partir de: Bazan, *Antigo Município de São Simão Situação Geográfica no século XIX*. Mapa b&p, Escala 1:200.000, in MARTINS, 1998.

Os brancos representavam 63,0% do total da população e aproximadamente três quartos dos livres; os pardos compunham 19,0% da população total e 20,0% dos livres; os negros somavam 17,0% da população total e apenas 5,0% da população livre; e, por fim, consideram-se os caboclos, que representavam 0,5% da população total e a mesma porcentagem da

<sup>4</sup> Na província de São Paulo, esse levantamento ocorreu em 1874.

população livre. Sobre as populações parda e negra, nota-se que mais de quatro quintos da população parda era livre, enquanto pouco mais de um quinto da população negra possuía a mesma classificação.

A proporção entre solteiros, casados e viúvos era semelhante às encontradas para outras localidades da província. Em Ribeirão Preto, mais de 70,0% da população total era solteira, tal como ocorria nas localidades próximas de Araraquara, Batatais, Franca e São Simão e, nas mais distantes, como, por exemplo, a capital e Silveiras. Um quarto da população ribeirão-pretana era casada, assim como ocorria nas distantes localidades de Areias, Bananal e Guaratinguetá, e nas mais próximas, como Campinas e São Simão. Os viúvos eram a parcela mais discreta, representando 3,0% da população em Ribeirão Preto e porcentagens iguais ou ainda menores em Araraquara, Batatais, Franca e São Simão. Para a população de toda a província paulista, livre e cativa, as porcentagens são as seguintes: 70,0% de solteiros, 26,0% de casados e 4,0% de viúvos.

Grande parte da população livre era analfabeta e nenhum cativo sabia ler ou escrever. Os homens alfabetizados representavam pouco mais de 5,0% da população livre e as mulheres, apenas 0,3%. Das crianças entre seis e quinze anos, apenas 1,5% estudavam e, dentre estes, os meninos eram maioria, 64,0%. No aspecto geral, trata-se de uma população jovem, já que mais da metade de seus habitantes tinha até quinze anos, com uma razão de sexo igual a 105. Em idade produtiva, considerando como tal os habitantes entre dezesseis e cinquenta anos, temos 44,6% do total da população e uma razão de sexo igual a 126. Acima dos cinquenta anos os habitantes somam 3,8% e, ao contrário das outras faixas etárias, havia predominância de mulheres, com razão de sexo igual a 13.

A população escrava representava 15,5% do total da população em Ribeirão Preto. À primeira vista, esse número pode parecer pequeno, mas outros municípios, no mesmo ano, apresentavam porcentagem semelhante. No Vale do Paraíba, região em que a cafeicultura absorvia a maioria dos recursos, a porcentagem de cativos na população de Lorena e Cruzeiro era de 14,8%. Em Paraíba e São José dos Campos as porcentagens eram, respectivamente, 9,1% e 9,2% (MARCONDES, 2000: 9). Em Guaratinguetá, localidade que, "no decênio de 1870, caminhava vigorosamente para o auge de sua produção cafeeira", a porcentagem de cativos na população era de 20,1% e, em Silveiras, os cativos eram 17,5% do total de habitantes (MOTTA & MARCONDES, 2000:269-270).

Com relação à origem, o censo mostra que a maioria dos habitantes era paulista. Dos 4.692 livres, 4.613 eram da província paulista. Entre 857 cativos, existiam 840 paulistas. Não obstante, foram encontrados três estrangeiros, de origem portuguesa, dois solteiros e um viúvo, todos católicos. Um dos portugueses solteiros era comerciante, guarda-livros ou caixeiro e os outros dois não tinham profissão declarada.

Tanto entre livres como entre cativos, a profissão mais comum era a de lavrador. Para o segmento livre da população, as atividades religiosas e as artesanais em metal, madeira, edificação, couro, pele e calçados, eram exercidas somente por homens, enquanto as mulheres eram as únicas a exercer as profissões de parteira, professor, capitalistas e proprietários, manufatureiros e fabricantes, costureiras e operárias em tecidos. Eram profissões mistas, com maioria masculina as de comerciante, guarda-livros ou caixeiro e lavoura, e mistas com maioria feminina as de artistas, criados ou jornaleiros e serviços domésticos.

Entre os cativos, as profissões essencialmente masculinas eram as de operários em madeira, edificações, couros e peles e as femininas eram as de costureiras e operárias em tecidos. Eram profissões mistas as ligadas à lavoura, a de criados e jornaleiros e a de serviços domésticos, com maioria masculina na lavoura e feminina na de criados e jornaleiros e nos serviços domésticos. Os indivíduos sem profissão somavam 2.165, excluindo-se aqui os estrangeiros. Em porcentagem, 42% dos livres nacionais e 24% dos cativos não tiveram sua atividade identificada pelos recenseadores.

O rápido desenvolvimento da cultura cafeeira, principalmente durante a década de 1890, foi o grande motivador do crescimento populacional observado no final do século XIX. Entre 1890 e 1900, a população brasileira cresceu a uma taxa anual de aproximadamente 2,5%, passando de 14.333.915 habitantes em 1890 para 17.438.434 em 1900<sup>1</sup>. No mesmo período, a população ribeirão-pretana passou de 12.033 habitantes, em 1890, para 100.185, em 1900, num crescimento

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistórico/1872\\_1920.shtm#sub\\_download](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistórico/1872_1920.shtm#sub_download)>. Acesso em: 13/12/2006.

<sup>2</sup> Caso mantida a integridade territorial desfeita pelo desmembramento dos municípios de Sertãozinho e Cravinhos, respectivamente em 1896 e 1897.

Os inventários *post-mortem* constituem fonte inestimável de informações sobre os bens e os costumes das populações passadas. As informações contidas nos processos dão subsídios suficientes para o desenvolvimento de estudos nas áreas de Demografia, Economia, História e Sociologia. Quanto mais antigos, mais cheios de descrições e detalhes acerca dos bens possuídos, dos costumes e das condições de vida das famílias as quais dizem respeito, sendo possível reconstruir toda uma época passada.

A luz que se irradia dessas laudas amarelecidas pelos anos e rendadas pelas traças, vemo-las surgirem vagarosamente do fundo indeciso do passado e fixarem-se nas encostas vermelhas da colina fundamental, as casas primitivas de taipa de mão e de pilão. [...] É o sítio da roça, que aparece [...]; as palhoças de agregados e escravos; os algodoads pintalgados de branco; o verde anêmico dos canaviais, em contraste com o verde robusto e lustroso da mata convizinha [...] (ALCÂNTARA MACHADO, 1943: 23).

Em linhas gerais, as primeiras informações dos processos são os nomes do inventariado e do inventariante, a data e o local de abertura do processo. Em seguida, eram informados os herdeiros e os bens pertencentes ao espólio. Para garantir a veracidade das informações prestadas e impedir que o inventariante deixasse de apresentar propositalmente algum bem, reservando este para si próprio, os demais herdeiros tinham que se mostrar de acordo com as informações prestadas e autorizar o prosseguimento do processo. Eram, então, descritos todos os bens possuídos pelo indivíduo no momento de sua morte e os valores que, porventura, tivesse a receber ou para pagar a terceiros. Caso todos os herdeiros concordassem com as informações prestadas pelo inventariante e com as avaliações, fazia-se o **Auto de Partilha**, ou seja, o auto de divisão dos bens.

Apesar de ricos em informações, os inventários *post-mortem* constituem uma fonte de dados limitada. Sua elaboração não era obrigatória, sendo abertos apenas quando os que faleciam deixavam bens suficientes e/ou herdeiros menores<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Na amostra considerada, notou-se que o conceito de bens suficientes foi um tanto quanto variável. Normalmente, a existência de bens imóveis era suficiente para a abertura dos autos, mas foram encontrados casos em que o patrimônio era formado,

No estudo ora desenvolvido, foram considerados todos os inventários do período 1870-1879 encontrados, na época da coleta de dados, no Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto e no Fórum de São Simão\*.

Atualmente, devido a uma reestruturação dos serviços de arquivo do sistema judiciário, os processos foram transferidos para Jundiáí, interior de São Paulo. No entanto, os processos do Primeiro Ofício de Ribeirão Preto continuaram na cidade, estando atualmente preservados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Já os processos do Segundo Ofício de Ribeirão Preto, do Primeiro e Segundo Ofícios de São Simão encontram-se em Jundiáí.

No total, são 102 processos assim distribuídos: 6 para o ano de 1870, 7 para 1871, 9 para 1872, 7 para cada um dos anos de 1873 e 1874, 15 para cada um dos anos de 1875 e 1876, 9 para 1877, 25 para o ano de 1878 e 2 para o ano de 1879, como mostra a Tabela 1. Como fonte complementar, foram utilizadas diversas Listas de Qualificação de Votantes, tanto de Ribeirão Preto como de São Simão.

Não obstante, informações dos processos de inventário de outros períodos foram utilizadas, sempre que necessário, para melhor caracterizar a localidade e o momento escolhido como objeto do presente estudo.

por exemplo, por apenas dois cavalos ou por somente bens móveis. Nessas situações, a partilha formal não era feita, para que as custas judiciais não comprometessem ainda mais a herança dos herdeiros. Além da falta de obrigatoriedade, outras características dessa fonte documental merecem ser ressaltadas. A morte é um acontecimento que alcança indivíduos em diferentes fases da vida. Distintos são os cabedais descritos e as situações em que são avaliados. No entanto, acredita-se que essas particularidades não diminuem em nada o potencial desses documentos como fonte de dados para o estudo ora desenvolvido.

\* Considerou-se também alguns processos ribeirão-pretanos que estavam arquivados em São Simão, já que originalmente Ribeirão Preto pertencia a São Simão. O desmembramento oficial, aprovado em 1871, somente ocorreria em 1874, com as primeiras eleições e o estabelecimento da Câmara Municipal. Num primeiro momento, foram selecionados todos aqueles inventários que, mesmo tendo sido iniciados em São Simão deixavam claro em seu termo de abertura que eram referentes a moradores da então freguesia ou vila de Ribeirão Preto. Num segundo momento, foram incorporados a essa amostra os inventários abertos em São Simão que possuíam mais de 50% do valor dos bens imóveis listados em terras que viriam a se tornar a vila de Ribeirão Preto.

Tabela 1 — Amostra de Inventários (Ribeirão Preto e São Simão, década de 1870)

Ano	NÚMERO DE INVENTÁRIOS		Total
	Ribeirão Preto	São Simão	
1870	4	2	6
1871	3	4	7
1872	2	7	9
1873	3	4	7
1874	6	1	7
1875	15	.	15
1876	12	3	15
1877	9	.	9
1878	21	4	25
1879	2	.	2
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>25</b>	<b>102</b>
	75,5%	24,5%	

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

“ Os inventários estão listados conforme local de arquivamento no momento em que foi feita a pesquisa de campo. Os critérios de seleção utilizados para a composição da amostra, além daquele referente ao ano de abertura do processo, aparecem descritos na nota 8.

## A Economia e a Alocação da Riqueza Bruta, vistas por meio dos inventários *post-mortem*

Antes da chegada do café à região ribeirão-pretana, a principal atividade desenvolvida por seus habitantes era o cultivo de gêneros de subsistência e a criação de gado vacum e suíno. Informações sobre ela, publicadas em 1873 no **Almanak da Província de São Paulo**, mostram que, apesar do cultivo do café já estar presente na região, ainda não constituía a principal atividade. Como pode ser observado na Tabela 2, dos 59 fazendeiros existentes, 16 dedicavam-se à criação de gado vacum, outros 27 à criação de gado vacum e suíno, 15 ao cultivo do café e apenas um ao da cana-de-açúcar. Os criadores de gado - vacum e/ou suíno - somados correspondem a 72,9% do total de fazendeiros, ao passo que os produtores de café correspondiam apenas a 25,4%.

Tabela 2 — Atividade dos Fazendeiros (São Simão, 1871-1872)

ATIVIDADES	NÚMERO DE FAZENDEIROS	%
Criadores de gado vacum	16	27,1
Criadores de gado vacum e suíno	27	45,8
Fazendeiros de café	15	25,4
Fazendeiros de cana	1	1,7
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Almanak da Província de São Paulo, 1873.

Durante a década de 1870, a expansão da cultura cafeeira paulista se dá principalmente em direção do novo oeste e a importância da região de Ribeirão Preto começa a aumentar. Tem início, então, uma grande onda propagandista, em que as qualidades da terra e do clima da região são exaltadas no jornal **A Província de São Paulo**. Atraídos por essa propaganda, chegam à localidade indivíduos de toda classe, em busca do estabelecimento como cafeicultores. Esse movimento ganha força ainda maior com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana, em 1883. De acordo com dados de Taunay, a exportação cafeeira paulista durante esse período cresceu 64,1% e a exportação de café, pelo porto de Santos, passou de 1.355 mil para 4.619 mil arrobas, um crescimento de 240,9% (TAUNAY, 1939: v. 6: 334 e 335). O café era responsável por grande parte dos valores exportados pela província e os outros produtos tinham importância secundária. Conforme os dados da Tabela 3, a exportação cafeeira, em quantidade, era 36 vezes maior do que a exportação de arroz, segundo artigo mais produzido na província, e seu valor era praticamente setenta vezes maior do que o do segundo principal produto de exportação, o algodão.

Tabela 3 — Principais Artigos da Exportação (Província de São Paulo, 1878)

PRODUTOS	QUANTIDADE (em arrobas)	VALOR (em réis)
Café	5.229.987	38.284:642\$000
Algodão	44.446	548:916\$000

Fumo	40.832	375:954\$000
Arroz	142.819	367:626\$000
Toucinho	49.885	313:809\$000
Animais	6.188	291:555\$000

Fonte: TAUNAY, 1939, v. 6, p. 334

Apesar do crescente interesse despertado pela região, os cafeicultores decididos a se estabelecer enfrentavam algumas dificuldades. As mais sérias eram o preconceito dos moradores locais, a distância dos portos e a existência dos grandes latifúndios. Os fazendeiros que vinham de outras regiões para dedicar-se ao cultivo da rubiácea eram tidos como aventureiros, "bárbaros, que levam àquelas paragens a pobreza, e a ruína aos seus antigos habitantes". A distância até o porto de Santos praticamente impedia a produção, "cujo transporte absorveria quase que o seu valor". As melhores terras do município estavam em mãos de poucos, "impedindo que pessoas de fora aí fossem estabelecer-se, e que poderiam introduzir a nova cultura de todo oposta aos costumes dos seus habitantes" (Trechos do artigo de Martinho Prado Júnior no *Jornal A Província de São Paulo*, in COSTA, 1956:115).

No entanto, alguns fazendeiros locais, na época da visita de Martinho Prado Júnior, já possuíam cafezais formados e produzindo. O café demonstrava adaptar-se bem ao clima local e a qualidade das plantações visitadas foi considerada excelente. Alguns cafezais chamaram sua atenção, dentre eles destacaram-se os de Luiz Herculano de Souza Junqueira, pertencente a uma tradicional família de criadores de gado. Segundo Martinho Prado, o cafezal de Luiz Herculano era

[...] o mais lindo possível, plantado de semente, e com 5 anos de idade. Apresenta hastes da grossura de cafezais de 7 anos em Campinas e outros locais. Os do sr. Manoel Octaviano Junqueira, são também lindos e iguais, sobressaindo entre eles pelo desenvolvimento extraordinário o do sr. José Bento Junqueira, tendo apenas um ano e cinco meses. Consta-me que são igualmente lindos os cafezais dos srs. dr. Rodrigo e Manoel Cunha." (PRADO JUNIOR, 1877, in COSTA, 1956: 115)\*.

\* O integrantes da família Junqueira eram moradores da região já há muitos anos, assim como Manoel da Cunha. O sr. dr. Rodrigo é o irmão de Luiz Pereira Barreto.

Um importante fator que permitiu a existência desses cafezais foi o ramal férreo da Cia. Paulista, inaugurado em Pirassununga, que tornava aceitável o custo do transporte da produção em lombo de mula até a linha férrea. A decisão tomada pelos fazendeiros, de plantar café na região já na década de 1870, não era apenas reflexo da tradição pioneira paulista. A fundação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1872, a inauguração dos ramais da Companhia Paulista, ligando Campinas às cidades de Pirassununga, em 1878, e de Porto Ferreira, em 1880, foram acontecimentos que deram segurança aos cafeicultores de que suas produções iam ser escoadas sem que o custo do transporte absorvesse toda a margem de lucro (MATOS, 1974: 67 e 70). A fundação da Mogiana foi fator tão importante que, em 1873, já existiam em São Simão quinze cafeicultores (**Almanak da Província de São Paulo**, 1873: 502).

O poder público não criava impedimentos à entrada do café. Ao contrário, a Câmara procurava incentivar o crescimento das plantações e buscava maneiras de cobrar imposto sobre o café exportado no município. Os vereadores demonstravam até um certo exagero ao tratar do tema nas seções da Câmara, entusiasmados com as possibilidades do novo cultivo e a renda gerada por ele em outras localidades. Uma das primeiras indicações da presença cafeeira foi encontrada na ata do dia 22 de dezembro de 1874, justamente deliberando sobre informações pedidas pelo governo da Província:

[...] que se desse as informações que o Governo pede em circular de 22 de Outubro último, no sentido de demonstrar que este Município, é exclusivamente próprio para o plantio do café, e que apesar de já ter milhões de pés de café plantados teria um número muito mais superior se tivesse forças para cultivá-los e que, [...] a indústria não é ousada neste Município. Que existe alguns criadores de gado, porém que esses estão passando para o plantio do café [...] (Ata da Câmara Municipal. Apud SANTOS, 1948: 84).

Considere-se, agora, a fonte documental do presente estudo: os inventários *post-mortem*. O primeiro indício da presença do café na localidade foi encontrado no inventário do lavrador e criador José Venâncio Martins. Quando faleceu, José era casado em segundas núpcias com Maria Francisca do Nascimento, a inventariante no processo. Sua primeira esposa havia sido Anna Leopoldina de Almeida, com quem teve

sete filhos e, além destes, teve mais seis filhos com sua segunda esposa. As idades eram variadas, um dos mais velhos já havia falecido e o mais novo contava com apenas três meses de idade. Os avaliadores dos bens foram José Bento Nogueira da Luz e João Gonçalves dos Santos<sup>10</sup>.

Sua casa era mobiliada de maneira simples: catres, tamboretas, um armário, uma mesa e um banco. Havia também canastras, caixas e um oratório com imagens. Na cozinha, foram encontrados tachos, bacias e panelas feitas de cobre e de ferro. Além desses trastes, a família possuía, ainda, 1/4 de um faqueiro de prata. Como mantimentos, havia vinte e três sacos de sal, quinze carros de milho e cinqüenta alqueires de café com casca. Seu rebanho era de tamanho médio, sendo composto por bovinos, suínos e uns poucos cavalos. José era escravista. Possuía vinte e um cativos com idades de quatro a cinqüenta anos.

O café não era o único cultivo encontrado no inventário. Além do cafezal, havia também um roça de milho, comumente encontrada nos inventários ribeirão-pretanos, especialmente nos casos em que o inventariado também era criador de suínos. Como o cafezal já estava produzindo, pode-se considerar que as árvores tinham, no mínimo, quatro ou cinco anos. Se o cafezal realmente tinha entre quatro e cinco anos, quer dizer que foi plantado entre 1863 e 1864<sup>11</sup>.

Assim, o primeiro cafeicultor encontrado na amostra de inventários era escravista e a cultura cafeeira não era a única atividade desenvolvida por ele. O inventariado mantinha também criação de bovinos, suínos e eqüinos, além de plantar milho. Suas terras estavam localizadas nas fazendas da Serra Azul e da Figueira, estando nessa última, provavelmente, a lavoura de café. A fazenda da Figueira estava localizada em área próxima da vila de Ribeirão Preto, divisando com as fazendas do Retiro, da Lagoa do Campo, da Barra da Figueira, das Cabeceiras do Ribeirão Preto e dos Cravinhos.

Observando agora o conjunto de inventários referente à década de 1870, nota-se uma presença ainda muito discreta do café, conforme

<sup>10</sup> João Gonçalves dos Santos seria o primeiro presidente da Câmara de Ribeirão Preto, em 1874 (MIRANDA, 1979: 5) José Bento Nogueira da Luz foi localizado na lista de qualificação de votantes de São Simão, no ano de 1867, vivendo no quarteirão da Serra Azul como lavrador e com sessenta anos (AESP, Lista de qualificação de votantes de São Simão, 1867)

<sup>11</sup> Inventário de José Venâncio Martins (1868). AFRP, Segundo Ofício, caixa 7.

mostra a Tabela 4. Nela, pode-se observar que foram avaliados, nos 102 inventários considerados, quatro cafezais e mais 48.439 pés de café. No entanto, algumas ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, para um dos cafezais a localização não foi informada; outros dois estavam localizados na área rural de São Simão, apesar de pertencerem a inventários em que mais de 50% do valor dos bens imóveis eram constituídos por propriedades localizadas na área de Ribeirão Preto; 18.439 pés de café encontravam-se na mesma situação; os 30.000 pés de café e o cafezal restante estavam localizados na área rural ribeirão-pretana<sup>12</sup>.

**Tabela 4 — A Presença Cafeeira (Ribeirão Preto, 1870-1879)**

DESCRIÇÃO DO CAFEIRO	NÚMERO	VALOR TOTAL (em réis)	VALOR MÉDIO (em réis)
Cafezal	4	1:120\$000	280\$000
Pés de café de três anos	8.000	2:400\$000	\$300
Pés de café formados	439	214\$090	\$488
Pés de café sem idade	10.000	10:000\$000	1\$000
Pés de café sem avaliação	30.000	.	.

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão

Todavia, considerando os cafezais e os pés de café avaliados nos inventários da década seguinte, é possível perceber que a expansão das plantações ocorreu rapidamente. Conforme a Tabela 5, na década de 1880 foram avaliados 323.463 pés de café, dos quais 138.763 já formados, 46.454 novos e 96.000 com idades variando de um a quatro anos, além de dois cafezais e 42.246 pés de café cuja idade não foi informada. Todos esses pés de café e cafezais encontravam-se em propriedades da área rural ribeirão-pretana.

<sup>12</sup> Localizamos o cafezal de trinta mil pés na descrição da fazenda Santa Maria, pertencente ao inventário de Gabriel de Souza Diniz Junqueira (1875). Apesar do cafezal não ter sido avaliado separadamente, a fazenda em que estava localizado foi vendida antes do término do processo, sendo anexado ao inventário carta da família informando a necessidade da venda da propriedade, a descrição dos bens pertencentes a ela e que, portanto, também haviam sido vendidos. O total apurado foi de Rs 142:000\$000. Inventário de Gabriel de Souza Diniz Junqueira (1875). AFRP, Segundo Ofício, caixa 197a.

Tabela 5 -A Presença Cafeeira (Ribeirão Preto 1880-1889)

DESCRIÇÃO DO CAFEIRO	NÚMERO	VALOR TOTAL (em réis)	VALOR MÉDIO (em réis)
Cafezal	2	900\$000	450\$000
Pés de café	42.246	31:096\$000	\$736
Pés de café formados	138.763	92:713\$000	\$668
Pés de café novos	46.454	8:175\$400	\$175
Pés de café de um ano	13.000	1:500\$000	\$115
Pés de café de dois anos	13.000	3:000\$000	\$230
Pés de café de três anos	50.000	15:000\$000	\$300
Pés de café de quatro anos	20.000	6:000\$000	\$300

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

No entanto, o cultivo do café não era a única atividade presente no conjunto de inventários<sup>13</sup>. Ainda que a maior parte dos habitantes da localidade não estivesse envolvida com o cultivo da rubiácea, as informações dos inventários deixam clara a importância das atividades rurais no cotidiano de Ribeirão Preto. A maioria dos inventariados considerados tinha como ocupação ou atividade característica do inventário a agricultura e/ou a criação de animais. Esses lavradores, conforme dados da Tabela 6, respondiam por 80,6% da riqueza bruta e por 93,4% dos cativos encontrados. Os inventariados do sexo masculino são maioria, perfazendo 58,8% e são responsáveis por 69,8% do total da riqueza bruta e por 67,5% dos cativos inventariados. As mulheres totalizam 41,2% dos inventários, possuindo 30,2% do total da riqueza bruta e 32,5% do total de cativos.

<sup>13</sup> Vale lembrar que nos casos em que o inventário era de uma mulher casada, procuramos seu marido nas listas de qualificação de votantes e consideramos a sua atividade como sendo a do inventário. Desta forma, as Listas de Qualificação de Votantes constituíram importante subsídio no momento de se atribuir alguma atividade ao inventariado, já que traziam essa informação quando um indivíduo era considerado apto a votar. No entanto, as Listas não arrolam todos os moradores da localidade, sendo considerados apenas aqueles do sexo masculino, livres e com renda considerada suficiente para votar.

Tabela 6 — Atividade do Inventário Consoante Sexo do Inventariado  
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

Atividade	HOMENS			MULHERES			TODOS		
	I	R	E	I	R	E	I	R	E
<b>Lavoura e criação</b>	48,0	57,7	65,5	35,3	23,0	27,9	83,3	80,6	93,4
<b>Negócio</b>	4,9	2,0	-	1,0	4,8	0,3	5,9	6,8	0,3
<b>Negócio, lavoura e criação</b>	2,0	4,6	0,3	1,0	1,0	1,1	2,9	5,6	1,4
<b>Ofício</b>	-	-	-	1,0	0,2	-	1,0	0,2	0,0
<b>Ofício e lavoura</b>	1,0	0,9	1,7	-	-	-	1,0	0,9	1,7
<b>Vivia de rendas</b>	1,0	4,5	-	-	-	-	1,0	4,5	0,0
<b>Não identificada</b>	2,0	0,1	-	2,9	1,3	3,2	4,9	1,4	3,2
<b>Total</b>	58,8	69,8	67,5	41,2	30,2	32,5	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

I - Porcentagem do número de inventários

R - Porcentagem da riqueza bruta

E - Porcentagem de escravos

Além das atividades rurais, os inventários mostraram outras, de caráter mais urbano. Nota-se na recém-criada povoação o desenvolvimento de um núcleo urbano mais definido e, com ele, a necessidade do comércio. Criado em 1856, com a formação do patrimônio de São Sebastião, o núcleo populacional foi elevado à categoria de freguesia em 1870 e à de vila em 1871. Em 1874, ano das primeiras eleições e do desmembramento efetivo da vila de São Simão, a população da vila já era de 5.552 pessoas.

Alguns dos negociantes encontrados comercializavam produtos diversos, tais como secos, molhados e utilidades domésticas. Outros possuíam estabelecimentos mais especializados, comercializando apenas bebidas ou madeiras. Havia também alguns profissionais de artes e ofícios, um alfaiate e um carpinteiro, além de um boticário. Em alguns casos, esses comerciantes eram lavradores que buscavam diversificar suas atividades, mantendo sua ligação com o campo por meio da posse de terras e da criação de animais. Um deles, ligados ao campo, era Antonio Maciel de Pontes. Quando faleceu, Antonio tinha aproximadamente sessenta anos e era casado com Sabina Alexandrina de Oliveira, inventariante no

processo. Deixou dez filhos com idades variadas, tendo o mais novo doze anos. Não foi possível identificar a que tipo de comércio se dedicava Antonio, pois em seu inventário as únicas indicações dessa atividade eram uma casa na rua do Comércio e diversas dívidas ativas.

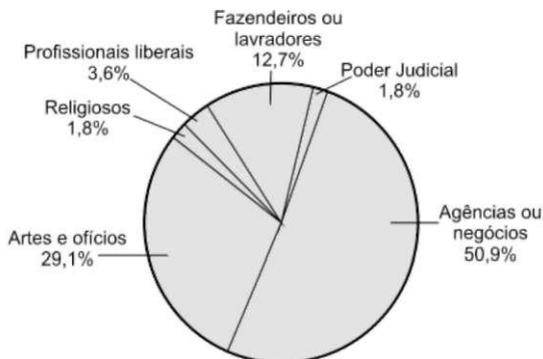
A confirmação de que Antonio era comerciante foi encontrada na lista de qualificação de votantes de abril de 1876, na qual ele aparece, vivendo do Quarteirão da Vila, com a classificação de negociante. Nas listas anteriores, apareceu como lavrador, vivendo no Quarteirão do Sertãozinho, em 1873, e no Quarteirão da Vila, em 1875<sup>14</sup>. O pai de Antonio foi um dos posseiros da grande fazenda do Sertãozinho do Mato Dentro, ocupada ainda na década de 1820 (MARTINS, 1998:368). Poucos bens móveis foram arrolados, apenas uma mesa, três catres e dois tachos de cobre, mostrando a simplicidade em que vivia a família, apesar de Antonio estar entre os oito inventariados mais ricos do período. Além de negociante, era também criador de gado. Seu rebanho era composto por cinquenta e cinco bovinos e quatro bestas de carga. Apesar de ter um tamanho considerável, sua criação não representava uma porcentagem alta do monte mor<sup>15</sup>, dado o valor alcançado pelas terras que o inventariado possuía. Os imóveis rurais representavam 80,0% da riqueza de Pontes, terras provenientes de áreas apossadas por ele e por seu pai.

Antonio era apenas um dentre os negociantes inventariados. Além destes, outros já se haviam estabelecido na localidade, como mostra a Lista de Qualificação de Votantes para 1873. Nesse ano, viviam no Quarteirão da Vila 55 eleitores, exercendo as mais diversas atividades, desde as ligadas ao meio rural até as de caráter mais urbano. Como pode ser visto no Gráfico 1, as ocupações mais comuns eram o comércio e as artes e ofícios. Do total de eleitores, 50,9% dedicavam-se ao comércio em geral, sendo classificados como negociantes ou, simplesmente, **agências**. Aqueles que se dedicavam às artes e ofícios somaram 29,1% da amostra, sendo encontrados, entre eles, um alfaiate, um seleiro, dois sapateiros, quatro ferreiros e oito carpinteiros.

<sup>14</sup> Deve-se ressaltar que, ao consultar as listas e comparar as informações delas com as dos inventários, foi possível verificar que a denominação "lavrador" era utilizada tanto para agricultores como para criadores.

<sup>15</sup> O monte mor refere-se ao conjunto dos bens e ativos do inventariado, inclusive os dotes distribuídos por ele ainda em vida, sem descontos ou deduções. Seria o equivalente à riqueza bruta.

Gráfico 1 — Atividades dos Votantes (Ribeirão Preto, 1873)



Fonte: Lista de Qualificação de Votantes de Ribeirão Preto, 1873

Um desses negociantes qualificados como eleitores era Manoel Soares de Castilho, cuja esposa, Antonia Maria de Nazareth, faleceu e foi inventariada em Ribeirão Preto, no mesmo ano de 1873. Manoel possuía, em sociedade com seu filho, Antonio Sotério Soares de Castilho, uma casa comercial que vendia tecidos, roupas, armarinhos, calçados e utensílios domésticos<sup>16</sup>. Além desse negócio, Soares de Castilho possuía também uma botica, com oitenta medicamentos homeopáticos. O único cativo possuído era a crioula Joaquina, com vinte anos de idade. Os bens imóveis urbanos descritos no inventário eram quatro casas na vila, duas na rua do Comércio, uma na rua Boa Esperança e uma na rua do Peixe, ainda por acabar. Na área rural, o espólio possuía várias partes de

<sup>16</sup> A mulher de Manoel, Antonia Maria de Nazareth, estava em seu segundo casamento. Seu primeiro marido havia sido Ignacio Alves de Oliveira, com quem teve três filhos: Candido Alves de Oliveira, José Alves de Oliveira e Felisbina Maria de Nazareth. Com o segundo marido, Manoel Soares de Castilho, teve mais dois filhos: Antonio Sotério Soares de Castilho e Guirino Sotério Soares de Castilho. A sociedade comercial entre Manoel e Antonio Sotério gerou brigas e desentendimentos, pois os filhos do primeiro casamento de Antonia alegavam ter sido a sociedade registrada após a morte de sua mãe, e sendo assim, as dívidas passivas da dita sociedade não deveriam ser abatidas do monte. No final do inventário, as dívidas passivas foram deduzidas da meação de Manoel e da legítima de Antonio Sotério. Aparentemente, os laços familiares que uniam os cinco herdeiros foram desfeitos após a morte de Antonia, pois no inventário de Candido aparecem como herdeiros apenas os irmãos José Alves e Felisbina. Inventários de Antonia Maria de Nazareth (1873) e de Candido Alves de Oliveira (1887). AFRP, Segundo Ofício, caixas 3b e 9.

terra nas fazendas do Ribeirão Preto, da Figueira, da Barra da Figueira, do Esgoto, do Sertãozinho, de Posses do Sertãozinho, da Serrinha, das Palmeiras e do Retiro. Como comerciante, Manoel costumava vender a crédito, registrando seus livros mais de 290 devedores. O valor dessas dívidas, Rs 25:961\$882, era pouco menor do que o valor total dos imóveis avaliados, Rs 29:133\$500.

Se comparado esse conjunto de atividades com o identificado para o período anterior a 1870, é possível perceber mais claramente o desenvolvimento do núcleo urbano. No período anterior a 1870, foram localizados nos inventários apenas lavradores e/ou criadores, num total de 17 inventariados. Os homens totalizavam 70,59% dos inventários, possuindo 86,29% da riqueza bruta e 77,84% dos cativos. As mulheres, por outro lado, perfaziam 29,41% do total de inventariados, possuindo apenas 13,71% da riqueza e 22,16 dos escravos. Considerando a Lista de Qualificação de Votantes de São Simão em 1860, encontravam-se vivendo no **Quarteirão do Arraial do Ribeirão Preto**, 21 votantes, dos quais 20 classificados como lavradores e apenas um como negociante. Na Lista simonense de 1867, viviam no **Quarteirão do Arraial de São Sebastião** (Ribeirão Preto) um total de 15 eleitores, dos quais 11 lavradores, três negociantes e um carpinteiro.

Contudo, uma ressalva deve ser feita. Mesmo considerando que, durante a década de 1870, tenha ocorrido uma diversificação das atividades encontradas nos inventários e que, durante a de 1880, a presença cafeeira se tenha mostrado substancialmente ampliada, não parece ter havido uma retração significativa na mais antiga atividade existente na localidade, a criação de gado.

No período 1849-1869, o rebanho bovino médio encontrado nas fazendas ribeirão-pretanas era alto, maior até que o rebanho médio na região de Franca, onde, durante o século XIX, a principal atividade produtiva foi a criação de gado. Conforme os dados de Lélío Oliveira, na região de Franca, durante o período 1822-1830, o rebanho médio de vacas e novilhos era, respectivamente, de 22,9 e 24,5 (OLIVEIRA, 1997: 112). Para Ribeirão Preto, no período 1849-1869, as mesmas médias são respectivamente de 117,5 e 76,5 (LOPES, 2005: 64).

Na localidade ribeirão-pretana, a criação de gado bovino estava presente em 76,5% dos inventários, sendo de treze o número total de criadores. Não obstante, o pequeno número de observações disponíveis

para Ribeirão Preto pode ter sido responsável pelas elevadas médias, principalmente porque um dos inventariados era um conhecido criador de gado da região<sup>17</sup>. Excluindo-se esse criador da amostra, as mesmas médias cairiam para 17,7 no caso das vacas, e para 12,1 no dos novilhos. No entanto, considera-se muito significativo o resultado alcançado, um indicativo de quão desenvolvida estava a atividade criatória em Ribeirão Preto antes da chegada do café à região.

Tabela 7 — Tamanho do Rebanho (Ribeirão Preto, 1849-1879)

TIPO DE BOVINO	1849-1869 <sup>(*)</sup>		1870-1879		1880-1889	
	QTD.	MÉDIA POR PROPRIETÁRIO	QTD.	MÉDIA POR PROPRIETÁRIO	QTD.	MÉDIA POR PROPRIETÁRIO
<b>Boi</b>	12	1,2	286	4,5	83	1,1
<b>Touro</b>	0	0,0	7	0,1	8	0,1
<b>Boi de carro</b>	40	4,0	284	4,4	379	5,2
<b>Vaca</b>	177	17,7	814	12,7	390	5,3
<b>Bezerro, garrotes e novilhos</b>	121	12,1	1.041	16,3	393	5,4
<b>Total</b>	350	35,0	2.432	38,0	1.253	17,2

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

(\*) Médias calculadas excluindo-se o rebanho de Luiz Antonio de Souza Junqueira.

Para a década de 1870, foram encontrados bovinos em 64 dos 102 inventários (62,7%). Calculando a posse média, observa-se a manutenção da estrutura existente anteriormente, havendo, inclusive, o incremento do rebanho médio de bois e bezerros, conforme mostra a Tabela 7<sup>18</sup>. Agora, considerando os dados referentes à década de 1880, nota-se que a pecuária começa a mostrar sinais de enfraquecimento, indicando que começa a sentir os efeitos da difusão cafeeira. Foram encontradas 1.253

<sup>17</sup> Trata-se de Luiz Antonio de Souza Junqueira, que possuía sozinho 69,5% dos bovinos inventariados no período 1849-1869.

<sup>18</sup> Considerando as médias calculadas excluindo-se o rebanho de Luiz Antonio de Souza Junqueira.

cabeças de gado nos processos de inventário, aproximadamente a metade do rebanho existente na década anterior. Observa-se o crescimento de um só tipo de bovino, dos bois de carro. No entanto, sabe-se que os bois de carro eram amplamente utilizados nas fazendas de café, principalmente para transportar o produto durante as diversas fases de cultivo e beneficiamento dos grãos. Dessa forma, a alteração na composição dos rebanhos bovinos indica uma adequação dessa atividade, anteriormente predominante e mais importante na localidade, ao novo cultivo introduzido na região, o café.

Ao lado da pecuária e do café, foram encontrados também outros produtos nas fazendas da região de Ribeirão Preto. Era difícil encontrar indicação da existência dessas culturas nos inventários, pois os gêneros alimentícios não são uma cultura perene, como o café. Para uma cultura ser avaliada, era necessário que o falecimento do indivíduo ocorresse após a semeadura e antes da colheita ou do consumo dos bens. Se falecesse após a colheita e o consumo dos gêneros, nem a lavoura e nem os gêneros produzidos eram indicados no processo. Há informações sobre o tipo de produto ou cultura para 40,2% dos inventários dedicados à lavoura e/ou à criação. Com esses dados, elaborou-se a Tabela 8, na qual se podem identificar os produtos ou gêneros encontrados na amostra, se ele era o único produto do inventário ou se estava associado com outros.

A cultura mais comum era o milho, que apareceu em dez inventários. Em seguida, aparece a cana-de-açúcar, existente em seis processos. Com relação à criação de animais, os suínos eram os mais frequentes, seguidos pelos bovinos e pelos ovinos. Os produtos mais comumente relacionados eram os suínos e o milho.

Essa era, então, a gama de atividades encontradas nos inventários da amostra considerada, caracterizando uma sociedade cuja economia se baseava nas atividades agrícolas, destacando-se a criação de gado, de porcos e o cultivo do milho. O café, chegando à região, difundia-se rapidamente. Paralelamente, a povoação alcançava sua emancipação da vila de São Simão, sendo constituída a Câmara Municipal em 1874, mesmo ano das primeiras eleições. O núcleo urbano começava a se desenvolver, fato percebido pelo aparecimento de atividades características das cidades, tais como comerciantes e profissionais liberais.

Tabela 8 — Produtos da Lavoura ou Tipo de Criação (Ribeirão Preto, 1870-1879)

PRODUTOS		COMO ÚNICO PRODUTO	ASSOCIADO A OUTROS	TOTAL DE INVENTÁRIOS EM QUE APARECE
<b>Lavoura</b>	<b>Algodão</b>	.	1	1
	<b>Arroz</b>	.	2	2
	<b>Café</b>	1	4	5
	<b>Cana-de-açúcar</b>	3	3	6
	<b>Milho</b>	.	10	10
<b>Criação</b>	<b>Bovinos</b>	7	13	20
	<b>Caprinos</b>	.	1	1
	<b>Eqüinos</b>	.	5	5
	<b>Muares</b>	.	4	4
	<b>Ovinos</b>	3	10	13
	<b>Suínos</b>	1	20	21
<b>Outros</b>	<b>Derivados do leite</b>	.	1	1
	<b>Roça não especificada</b>	2	.	2

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Offícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Nessa sociedade, caracterizada com base nas informações dos inventários *post-mortem* como sendo mais rural do que propriamente urbana, seria natural encontrar uma estrutura patrimonial que deixasse transparecer essa ligação com o campo. No entanto, antes de analisar essa estrutura, faz-se necessária uma melhor caracterização dos inventariados. Algumas características da amostra já puderam ser vistas indiretamente nas tabelas anteriores, outras, ainda não. As tabelas seguintes trazem informações sobre o sexo, o estado conjugal e sobre a condição de proprietário ou não-proprietário de cativos dos inventariados considerados. Além dessas, algumas características dos cativos possuídos por esses proprietários também serão exploradas, assim como a estrutura da posse vigente.

Na Tabela 9, pode-se observar que 58,8% dos inventariados eram do sexo masculino e 41,2%, do sexo feminino. Desses homens e mulheres, 96,1% já tinham conhecido o casamento em algum momento de suas vidas, tendo 82,4% falecido na condição de casados e 13,7% na de

viúvos. Os solteiros eram muito poucos, apenas dois, um de cada sexo. Para dois inventariados do sexo masculino não foi possível identificar o estado conjugal.

Tabela 9 — Estado Conjugal e Sexo dos Inventariados (Ribeirão Preto, 1870-1879)

ESTADO CONJUGAL	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
<b>Solteiro</b>	1	1,0	1	1,0	2	2,0
<b>Casado</b>	49	48,0	35	34,3	84	82,4
<b>Viúvo</b>	8	7,8	6	5,9	14	13,7
<b>Sem informação</b>	2	2,0	-	-	2	2,0
<b>Total</b>	60	58,8	42	41,2	102	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Tabela 10 — Propriedade Cativa e Sexo do Inventariado (Ribeirão Preto, 1870-1879)

SEXO / CONDIÇÃO	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
<b>Proprietários</b>	25	24,5	27	26,5	52	51,0
<b>Não-Proprietários</b>	35	34,3	15	14,7	50	49,0
<b>Total</b>	60	58,8	42	41,2	102	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Observando agora a Tabela 10, vê-se que, na amostra considerada, predominam os proprietários de escravos, totalizando 51,0% dos inventários. Entre estes, a distribuição dos sexos se mostra equilibrada, com uma ligeira vantagem do elemento feminino. Entre os 52 proprietários de escravos, 51,9% são do sexo feminino e 48,1%, do masculino. No entanto, dada a fonte documental utilizada, a presença do elemento feminino no conjunto dos proprietários de cativos ribeirão-pretanos deve ser analisada com cautela. Caso fossem utilizadas as listas nominativas, por exemplo, a posse cativa das mulheres casadas, 35 das 42 inventariadas, seria atribuída aos seus maridos. No caso das viúvas e da solteira, é provável que

a lista as considerasse, de fato, proprietárias dos cativos. Assim, levando em conta apenas as viúvas e a solteira como de fato proprietárias dos cativos arrolados, a participação do elemento feminino no conjunto dos proprietários de cativos na amostra de inventários considerada cairia para 6,9% e a presença do elemento masculino alcançaria os 93,1%.

Dessa forma, mais da metade dos 102 inventariados era proprietária de cativos. Esses senhores possuíam um total de 348 escravos, que, divididos em 52 plantéis, geravam uma posse média igual a 6,7. A análise da estrutura etária desse contingente de escravos mostra uma população em idade produtiva, com mais da metade de seus elementos, 177 (50,9%), com idades variando entre 15 e 49 anos. As crianças de zero a nove anos totalizavam 64, ou 18,4%. Os jovens de dez a 14 anos somavam 45, ou 12,9%. Os cativos mais velhos, aqueles com cinquenta anos ou mais, eram em número de 33, ou 9,5% do total. Além desses, foram encontrados 29 (8,3%) cativos para os quais não havia informação sobre a idade: 17 homens e 12 mulheres. A distribuição entre os sexos se mostra igualitária, com razão de sexo igual a 102. Considerando as mesmas faixas etárias utilizadas anteriormente, de zero a nove anos, de dez a 14, de 15 a 49 e com 50 anos ou mais, temos, respectivamente: 73, 88, 97 e 267. Para os cativos sem informação de idade, a razão de sexo foi calculada em 142.

Analisando, agora, a estrutura da posse de escravos, esses cativos encontravam-se, em sua maioria, em pequenos plantéis, considerados como de um a quatro cativos. Como mostra a Tabela 11, foram consideradas seis faixas de tamanho de plantei, para as quais são apresentados os totais, tanto de senhores como de cativos, assim como as porcentagens e as porcentagens acumuladas para cada faixa.

**Tabela 11 — Estrutura da Posse de Cativos (Ribeirão Preto, década de 1870)**

FTP <sup>111</sup>	SENHORES			ESCRAVOS		
	NÚMERO	%	% ACUMULADA	NÚMERO	%	% ACUMULADA
1	12	23,1	23,1	12	3,4	3,4
2-4	22	42,3	65,4	59	17,0	20,4
5-9	10	19,2	84,6	66	19,0	39,4
10-29	5	9,6	94,2	76	21,8	61,2

30-49	2	3,8	98,1	68	19,5	80,7
50 e +	1	1,9	100,0	67	19,3	100,0
Total	52	100,0	.	348	100,0	.

Fonte: Inventários dos Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

" Faixa de Tamanho de Plantel

Observa-se que mais da metade dos proprietários possuía plantéis de um a quatro cativos. No entanto, a representatividade dos proprietários não se mostrava condizente com o total de cativos que possuíam. A primeira faixa, apesar de concentrar 23,1% do total de proprietários, respondia por tão-somente 3,4% dos cativos. A segunda, apesar de concentrar 42,3% dos proprietários, respondia por apenas 20,4% deles. A terceira é a única em que os escravistas respondem por semelhante porcentagem de escravos, 19,2% e 19,0%, respectivamente. A quarta, apesar de concentrar apenas 9,6% do total dos escravistas, responde por 21,8% do total de escravos. A quinta e a sexta concentram, respectivamente, 3,8% e 1,9% dos proprietários, além de 19,5% e 19,3% dos escravos.

Apesar da supremacia numérica dos pequenos plantéis, mais da metade dos cativos (60,6%) estava concentrada em escravarias com dez elementos ou mais, sendo que a maior delas possuía 67 elementos e, portanto, concentrava, sozinha, 19,3% dos cativos. A concentração da posse é confirmada pelo índice de Gini, calculado em 0,610. Calculando-se esse indicador para proprietários do sexo masculino e feminino separadamente, encontram-se Ginis de 0,662 para os homens e de 0,432 para as mulheres.

Considerando essa estrutura de posse e as atividades desempenhadas por esses proprietários, observa-se que as atividades mais comuns dos inventariados, lavoura e/ou criação, eram desempenhadas por proprietários de diversos tamanhos de escravaria, desde aqueles com plantéis unitários até os com mais de cinquenta cativos. Percebe-se que, nesse momento, o tipo de ocupação não condicionava o tamanho da escravaria. No entanto, é importante ressaltar que a localidade ribeirão-pretana passava por um momento de transição. A agricultura de subsistência e a criação de gado, atividades que haviam sustentado o núcleo populacional até então, estavam começando a perder espaço para a cafeicultura. Isto não significa que essas atividades estavam desaparecendo, já que tanto o cultivo de gêneros como a criação de animais eram essenciais para o sucesso da empresa cafeeira.

Ainda que a presença do café na localidade ribeirão-pretana, durante a década de 1870, fosse discreta, o índice de Gini referente à concentração da propriedade cativa nesse período é semelhante àquele encontrado para algumas localidades vale-paraibanas, nas quais a cafeicultura era a principal atividade econômica e alcançava o auge de sua produção. Para os anos de 1872 e 1874, o índice de Gini para as localidades de Cruzeiro e Lorena foi calculado em 0,612; para a localidade de São José dos Campos, o mesmo indicador foi calculado em 0,570; já para Taubaté o cálculo foi de 0,637 (Cf MARCONDES, 2001).

Assim, considerando os últimos aspectos analisados, observa-se que entre os inventariados há uma ligeira predominância do elemento masculino, constituindo esse 58,8% da amostra. A grande maioria dos processos considerava indivíduos com estado conjugal de casados ou viúvos. Dos 102 inventários, 52 (51,0%) eram referentes a proprietários de escravos e neles foram encontrados 348 cativos. A análise da estrutura da posse mostrou o predomínio dos pequenos plantéis. A principal atividade econômica da região, a lavoura e/ou a criação, era desempenhada por proprietários de diversos tamanhos de escravaria. Apesar do predomínio das pequenas posses, o índice de Gini mostrou uma certa concentração da propriedade escrava, sendo semelhante ao de algumas localidades em que a lavoura cafeeira se encontrava bem mais desenvolvida.

Partindo agora para a análise da distribuição e da alocação de riqueza, considera-se, para as análises sobre a composição dos patrimônios, a riqueza bruta dos inventariados, formada pela soma de todos os bens possuídos pelos indivíduos, no momento de sua morte<sup>19</sup>. Esses bens estavam distribuídos em cinco categorias, a saber: bens móveis (móveis e utensílios domésticos diversos); semoventes (animais); escravos; bens imóveis (propriedades rurais e benfeitorias, além de casas e terrenos ur-

<sup>19</sup> Além dos problemas e das limitações do *corpus documental* que foram mencionados anteriormente, deve-se ressaltar que o inventário poderia se estender por anos e anos. Nesse intervalo de tempo, inúmeros acontecimentos podiam provocar a modificação do conjunto de bens inicialmente declarado. Por exemplo, algum dos herdeiros podia falecer, algum dos escravos libertado ou os bens serem vendidos para garantir o sustento da família do inventariado enquanto corria o processo. O procedimento adotado foi o seguinte: para o estudo da composição da riqueza inventariada considerou-se os números apresentados na partilha e para a caracterização de cada um dos grupos ativos — bens móveis, semoventes ou animais, escravos, bens imóveis e dívidas ativas — considerou-se a descrição dos bens tal como feita no início do processo, sendo assim, as informações disponíveis mais bem aproveitadas.

banos); e dívida ativa (valores que o inventariado tinha emprestado a terceiros, familiares ou não). Os valores encontrados foram transformados em libras esterlinas<sup>20</sup>. A partir daí, os processos foram separados em seis faixas, conforme o valor alcançado pelo monte mor ou riqueza bruta<sup>21</sup>.

Assim como observado com a posse de escravos, a riqueza bruta também se mostra distribuída desigualmente. Como pode ser observado na Tabela 12, dos 102 inventários considerados, 63 (61,8%), apresentavam riqueza bruta abaixo das quinhentas libras esterlinas.

Tabela 12 — Distribuição do Monte Mor Total Entre os Inventariados De acordo com as Diferentes Faixas de Tamanho de Monte Mor (Ribeirão Preto, 1870-1879)

TAMANHO DO MONTE MOR	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM (INVENTÁRIOS)	SOMA DOS MONTES	PORCENTAGEM (MONTES)	MÉDIA POR INVENTÁRIO
<b>Menos de 500 libras</b>	63	61,8	12.498,06	10,2	198,38
<b>Entre 500 e 999 libras</b>	14	13,7	9.126,54	7,5	651,90
<b>Entre 1000 e 1999 libras</b>	13	12,7	17.861,22	14,6	1.373,94
<b>Entre 2000 e 2999 libras</b>	4	3,9	10.421,25	8,5	2.605,31
<b>Entre 3000 e 4999 libras</b>	1	1,0	3.821,83	3,1	3.821,83
<b>Acima de 5000 libras</b>	7	6,9	68.283,31	56,0	9.754,76
<b>Total</b>	102	100,0	122.012,21	100,0	1.196,20

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

No entanto, esses mesmos inventariados eram detentores de apenas 10,2% dos montes, num monte mor médio igual a £ 198,38. A faixa seguinte, dos montes entre 500 e 999 libras, concentrava 13,7% dos

<sup>20</sup> Utilizamos os valores apresentados pelo IBGE na série Valores em moeda nacional e em libras das exportações e importações, saldo comercial e taxa de câmbio implícita (1821-1900). IBGE, 1990: 568-571, indicada por NOZOE et alii, 2004.

<sup>21</sup> Considerou-se como riqueza o total dos bens possuídos pela família do inventariado, inclusive os gêneros da lavoura. Na historiografia, ora observa-se a inclusão ora a exclusão de tais bens — gêneros — do cômputo da riqueza. Canabrava, em trabalho originalmente publicado em 1972, não os considera, por entender que significam rendimentos (CANABRAVA, 2005: 179) Oliveira utiliza o conceito desenvolvido por Canabrava e, portanto, também os exclui (OLIVEIRA, 1997:72 e 2003:155) Já Zélia Maria Cardoso de Mello, Renato Leite Marcondes e Leonel de Oliveira Soares incluem esses valores nas análises desenvolvidas (MELLO, 1990:80; MARCONDES, 1998:200, nota 1 e SOARES, 2003:111).

inventários e 7,5% da riqueza bruta, com monte mor médio calculado em £ 651,90. Possuíam patrimônios entre mil e 1.999 libras 12,7% dos inventariados, concentrando estes porcentagem semelhante de riqueza, igual a 14,6%, e monte mor médio de £ 1.373,94. Eram apenas quatro os inventariados com patrimônio entre £ 2.000 e £ 2.999, respondendo esses 3,9% dos inventários por 8,5% da riqueza, com monte mor médio calculado em £ 2.605,31. A penúltima faixa contava apenas com um inventário e esse respondia por 3,1% da riqueza, com patrimônio avaliado em £ 3.821,83. A última e maior faixa de tamanho de riqueza concentrava 6,9% do total de inventariados, respondendo estes por mais da metade da riqueza bruta avaliada pelo conjunto de processos, num monte mor médio calculado em £ 9.754,76. Essa análise mostra uma distribuição significativamente desigual da riqueza entre os inventariados, hipótese corroborada pelo índice de Gini, calculado em 0,733.

Considerando, agora, os dados do período anterior, nota-se que a estrutura da posse da riqueza bruta entre os ribeirão-pretanos pouco mudou. Entre 1849 e 1869, nove inventariados, 52,9% do total de inventários, concentravam apenas 2,9% da riqueza bruta, num monte mor médio calculado em £282,20. No extremo oposto, três processos, 17,6% do total considerado, respondiam por 82,5% da riqueza inventariada, num monte mor médio calculado em £ 24.359,80 (LOPES, 2005: 59). O índice de Gini para o período foi calculado em 0,753. Os índices de Gini para as décadas de 1880 e 1890 totalizaram 0,733 e 0,841, respectivamente<sup>22</sup>. Esses números mostram que, apesar de a cafeicultura estar-se desenvolvendo rapidamente na localidade, em especial durante as décadas de 1870 e 1880, o reflexo dessa atividade na concentração de riqueza somente começaria a ser percebido na década de 1890. Tal concentração, aliada ao desenvolvimento da cafeicultura, deve-se ao fato de que todos os bens relacionados a essa atividade eram altamente valorizados, constituindo, com o passar do tempo, uma parcela cada vez mais significativa do patrimônio dos ribeirão-pretanos. No entanto, não se pode deixar de considerar que a atividade dominante na localidade, antes da chegada do café, a criação de gado, deixou como herança ao

<sup>22</sup> Esses dois últimos valores diferem dos encontrados em LOPES (2005), pelo fato de serem referentes a períodos distintos daqueles considerados originalmente, 1880-1888 e 1889-1900, com índices de Gini calculados em 0,763 e 0,821 respectivamente (Cf. LOPES, 2005: 92).

café uma estrutura social desigual. A cafeicultura só fez com que se perpetuasse essa estrutura, acentuando-se, inclusive.

Essa riqueza bruta estava alocada em certos grupos de ativos, já mencionados anteriormente. São eles: bens móveis, animais, escravos, bens imóveis e dívidas ativas. Além desses, alguns inventários arrolavam quantias em dinheiro, de posse dos inventariados ou depositadas em algum banco, dependendo do período a que se refere o inventário. Constituindo-se basicamente numa sociedade rural e escravista, é natural encontrar a maior parte dos bens distribuídos entre imóveis e cativos, sendo o restante do patrimônio distribuído entre os demais grupos.

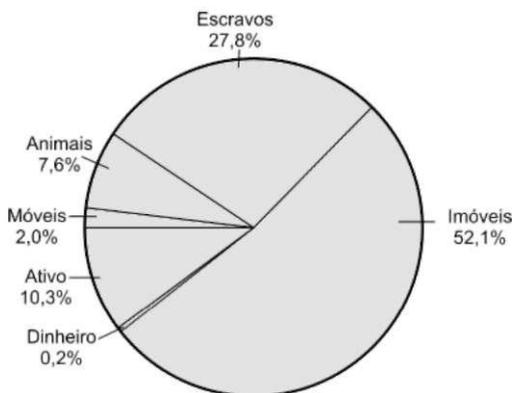
Como mostra o Gráfico 2, mais da metade dos patrimônios estava alocada em bens imóveis, entre os quais se destacam diversas partes de terras, roças de milho, alguns cafezais e pés de café, engenhos de cana e alguns imóveis urbanos<sup>33</sup>. Os quatro bens imóveis mais bem avaliados foram partes de terra com benfeitorias, na fazenda do Lageado, maior fazenda da região, dividida pela linha imaginária que separou as vilas de São Simão e Ribeirão Preto no desmembramento dessa última, em 1871. Os escravos aparecem como segundo ativo mais importante na composição dos patrimônios considerados, respondendo por 27,8% da riqueza bruta total. Entre os cativos avaliados, destacam-se dois com o nome de Francisco, um com 26 anos, avaliado em 1875, e outro, com 30 anos, avaliado em 1878. Ambos alcançaram o maior valor atribuído a um cativo durante todo o período 1870-1879, Rs 2:500\$000, ou £ 287,69 no caso do primeiro, e £ 238,16 no caso do segundo<sup>34</sup>. O terceiro ativo mais significativo é o das dívidas ativas, valores que o inventariado tinha a receber de terceiros. Esses pequenos empréstimos respondiam por 10,3% do patrimônio inventariado. A maior dessas dívidas alcançou o valor de Rs 32:602\$000, sendo o credor Ananias José dos Reis e o devedor, João Franco de Moraes Otávio. Ambos são figuras de reconhecida importância

<sup>33</sup> As porcentagens dizem respeito aos totais encontrados em cada grupo de ativos, considerando todos os 102 processos.

<sup>34</sup> Poder-se-ia supor que se trata de um mesmo cativo, inicialmente avaliado em 1875 e depois 1878, pois ambos têm idade semelhante. No entanto, são poucas as chances de que se trate de uma só pessoa, pois foram avaliados em inventários distintos, de indivíduos não relacionados entre si. Um deles era propriedade de Prudência Maria Theodora, esposa falecida de José Garcia Bezerra e o outro de Gabriel Ferreira de Freitas, falecido esposo de Maria das Dores d'Ávila. O inventário de Prudência foi aberto em 1875 em Ribeirão Preto e o de Gabriel em 1878, em São Simão.

na história da localidade. Ananias José era filho de Matheus José dos Reis, um dos irmãos Reis de Araújo envolvidos na contenda com aos Dias Campos sobre a posse das terras da Fazenda Rio Pardo. Já João Franco de Moraes Otávio chegou a Ribeirão Preto no final da década de 1870, vindo provavelmente de Descalvado. Ao que tudo indica, o empréstimo contraído com Ananias tinha como objetivo a compra da Fazenda Monte Alegre, mais tarde vendida a Francisco Schmidt<sup>25</sup>.

Gráfico 2 — Composição da Riqueza (Ribeirão Preto, 1870-1879)



Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

O restante dos recursos estava alocado em bens móveis, animais e dinheiro. Os primeiros, apesar de numerosos - um total de 1.528 registros<sup>26</sup> para o período 1870-1879 - alcançavam pouco valor e, em consequência, eram pouco representativos no conjunto dos patrimônios, constituídos, basicamente, de trastes de cozinha, louças, pratos e talheres, panelas, ferramentas, carroças e acessórios para animais, algumas jóias, máquinas de costura, teares, rodas de fiar, descaroçadores de algodão,

<sup>25</sup> As informações sobre a família Reis de Araújo foram extraídas de LAGES (1996), ao passo que os dados sobre João Franco de Moraes Otávio foram gentilmente cedidos pelo pesquisador do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Mauro da Silva Porto, em 05 de abril de 2007.

<sup>26</sup> O número de registros não representa o número de bens. Por exemplo, um registro pode ser referente a doze panelas de cobre, ou a 3 bancos. Dessa forma, o número efetivo de bens móveis é muito maior do que o número de registros, mas o mesmo não acontece com seus valores. A cada registro corresponde apenas uma avaliação.

além da mobília da casa, de oratórios e imagens de santos. O grupo dos animais era constituído por tipos diversos, criados pelos inventariados, tanto para comercialização como para consumo de suas famílias. Entre estes foram encontrados bovinos, suínos, muares, caprinos, eqüinos e ovinos. Os maiores valores eram alcançados pelos bois de carro, pelos cavalos e pelas mulas de sela. Os menores eram de leitões e carneiros. No entanto, alguns suínos em ponto de serem abatidos, os chamados **capados gordos**, alcançaram valores semelhantes aos de muitos bois, vacas, vacas com cria, burros e mulas. Por fim, havia aqueles valores em dinheiro que os inventariados possuíam em seu poder. Eram de pouca representatividade, apenas 0,2% do patrimônio total inventariado.

Essa estrutura não apresenta modificações substanciais, quando se analisa a composição da riqueza bruta nas diferentes faixas de tamanho de riqueza, as mesmas apresentadas na Tabela 12. Os bens imóveis e os escravos, em todas as faixas, respondiam por mais de 70% dos recursos disponíveis, chegando a concentrar 87% na faixa das £ 2.000,00 a £ 2.999,00. As alterações mais substanciais estão na dívida ativa, cuja porcentagem em algumas faixas excede a média de 10,3% em até cinco pontos percentuais, chegando a 15,4% na faixa das £ 1.000,00 a £ 1.999,00. Essa alteração pode ser atribuída à presença de alguns comerciantes, tais como João Bento Ferreira Lopes, que chegavam a possuir 59,9% de seu monte mor em forma de dívida ativa, ou contas a receber<sup>27</sup>. A importância da dívida ativa desses comerciantes acabou sendo diluída pela menor representatividade das dívidas ativas dos demais inventariados do período.

Isoladamente, os bens mais representativos nessa estrutura eram os imóveis, em especial as terras. Foram avaliados nos inventários mais de dois mil alqueires de terra, com valores e localizações variadas, sendo que as das propriedades não se limitavam à região de Ribeirão Preto, pois foram encontrados imóveis rurais nas vilas de Araraquara, Cajuru, Casa Branca, Batatais, São Carlos, São Simão e até na vizinha província de Minas Gerais. Excluindo-se as terras avaliadas simplesmente como **parte de terras** ou **fazenda**, para as quais não é possível determinar o tamanho das áreas avaliadas, elaborou-se a Tabela 13.

<sup>27</sup> Inventário de João Bento Ferreira Lopes (1877). AFRP, Segundo Ofício, caixa 3a.

Tabela 13 Localização das Terras Avaliadas nos Inventários (Ribeirão Preto, 1870-1879)

LOCALIZAÇÃO	ALQUEIRES	VALOR TOTAL		VALOR MÉDIO	
		(em réis)	(em libras)	(em réis)	(em libras)
Fazenda do Sertãozinho (RP)	812,0	13.117.000	1.330,32	16.154	1,64
Fazenda da Figueira (RP)	681,5	8.580.000	894,75	12.590	1,31
Fazenda da Serrinha (RP)	448,8	8.855.755	920,39	19.734	2,05
Fazenda do Retiro (RP)	291,6	4.769.860	521,99	16.358	1,79
Fazenda das Posses (RP)	240,9	2.418.000	253,49	10.037	1,05
Fazenda dos Laurianos (RP)	87,5	3.262.762	341,45	37.289	3,90
Área rural de Ribeirão Preto	52,0	1.012.000	106,53	19.462	2,05
Fazenda do Tamanduá Grande (SS)	30,0	650.000	68,97	21.667	2,30
Fazenda do Ribeirão Preto (RP)	28,0	400.000	40,86	14.286	1,46
Fazenda do Lageado (RP e SS)	24,0	234.000	25,11	9.750	1,05
Fazenda dos Cocaes (MG)	22,0	600.000	63,66	27.273	2,89
Localização não informada	13,6	560.000	64,44	41.176	4,74
Fazenda do Esgoto (RP)	12,0	192.000	20,05	16.000	1,67
Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo (RP)	11,0	165.000	16,95	15.000	1,54
Fazenda Boa Vista (RP)	6,0	150.000	15,92	25.000	2,65
Fazenda da Serra (SS)	2,0	30.000	3,13	15.000	1,57
Fazenda do Ribeirão Preto Acima (RP)	1,0	20.000	1,91	20.000	1,91
<b>Total</b>	<b>2.763,9</b>	<b>45.016.377</b>	<b>4.689,93</b>	<b>16.288</b>	<b>1,70</b>

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

A maior parte das terras arroladas, para as quais havia a informação de tamanho, estava localizada nas fazendas do Sertãozinho, da Figueira, da Serrinha, do Retiro e das Posses, que juntas representavam 89,5% dos alqueires encontrados. Com exceção dos alqueires cuja localização não foi informada, as terras mais valorizadas foram as da fazenda dos Laurianos, avaliadas por Rs 37\$289 ou £ 3,90 o alqueire.

Se não há modificações substanciais na composição dos patrimônios, considerando as diferentes faixas de tamanho de riqueza bruta, certamente há, quando se divide o conjunto de inventários entre proprietários e não-proprietários de escravos.

Tabela 14 — Composição da Riqueza Bruta dos Proprietários de Escravos de Acordo com as Faixas de Tamanho do Monte Mor (Ribeirão Preto, 1870-1879)

TAMANHO DO MONTE MOR	MÓVEIS	ANIMAIS	Escravos	Imóveis	Dinheiro	Ativo	Mor
Menos de 500 libras	4,9	7,1	53,5	30,3	1,6	2,6	100,0
Entre 500 e 999 libras	3,2	5,7	38,8	47,9	0,0	4,4	100,0
Entre 1000 e 1999 libras	2,9	7,2	33,0	43,6	0,2	13,1	100,0
Entre 2000 e 2999 libras	1,6	2,6	35,9	51,1	0,0	8,8	100,0
Entre 3000 e 4999 libras							
Acima de 5000 libras	1,0	8,7	31,3	48,1	0,0	10,9	100,0
Total	1,7	7,6	33,9	46,8	0,1	9,9	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Offícios de Ribeirão Preto e São Simão.

De maneira geral, os proprietários de escravos têm uma distribuição de patrimônio semelhante à do conjunto geral de inventários, concentrando a maior parte dos seus recursos em bens imóveis e em escravos, conforme pode ser observado na Tabela 14. Esses dois grupos de bens concentram, em todas as faixas para as quais existem inventários, mais de 70% da riqueza bruta, com porcentagens variando entre 76,6% e 87,0%. No entanto, enquanto o conjunto dos inventários não

exibia diferenças expressivas na composição dos patrimônios considerando as diferentes faixas de tamanho de riqueza bruta, no conjunto dos proprietários de cativos pode-se perceber que quanto menor o patrimônio do inventariado, maior era o peso relativo dos escravos. Para os inventariados com monte abaixo das quinhentas libras, essa porcentagem foi calculada em 53,5%. Para as outras faixas de tamanho do monte mor, a participação vai de 31,3% até 38,8%. A importância que adquiria o valor dos escravos para os inventariados com menores cabedais pode ser explicada, pelo menos em parte, pelo alto valor relativo alcançado pelos cativos no mercado. Dentre os 21 inventariados, proprietários de cativos com riqueza bruta menor do que as £ 500, foram encontrados 11, cujos cativos representavam mais da metade do monte mor e, entre estes, havia quatro casos em que esse valor estava acima dos quatro quintos. Em alguns casos, o valor do cativo chegava a ultrapassar o valor das terras inventariadas. Essa disparidade foi acentuada pela alta no preço dos cativos do sexo masculino, verificada em Ribeirão Preto a partir de 1873, como mostra o Gráfico 3<sup>25</sup>.

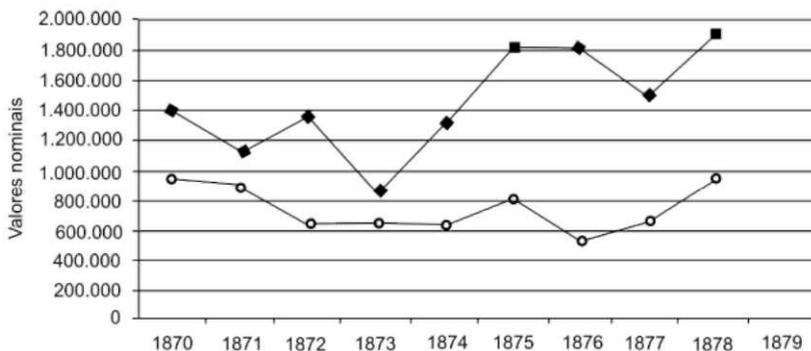
Podem-se destacar dois fatores que contribuíram para essa significativa valorização. Em primeiro lugar, a lei do ventre livre. Desestimulando a compra de cativos do sexo feminino, a lei que previa a libertação de todos os escravos nascidos após o ano de 1871 acabava direcionando os investimentos na ampliação dos plantéis para a compra de elementos do sexo masculino, fazendo crescer a demanda e, em consequência, aumentando seus preços. Em segundo lugar, o desenvolvimento da cafeicultura na localidade, nesse período, ocorreu num contexto em que a oferta de braços escravos era limitada. Sendo assim, os cativos mais procurados eram aqueles que mais podiam produzir. Recai, assim, grande parte da demanda sobre os elementos do sexo masculino e em idade produtiva.

Outro ponto merece ainda ser destacado. Os cativos do sexo masculino alcançaram preços significativamente maiores do que os do sexo

<sup>25</sup> Para a elaboração do gráfico, foram utilizados os valores nominais de todos os cativos em idade produtiva, considerada esta como sendo dos 15 aos 49 anos de idade. Após a elaboração do gráfico com valores nominais, elaborou-se outro considerando os valores em libras esterlinas. Foi constatado que não havia diferenças substanciais entre eles. Sendo assim, optou-se pela apresentação dos valores nominais, pois estes são mais comumente encontrados na historiografia.

feminino. Esse resultado não é incomum na historiografia e foi encontrado para diversas localidades paulistas no mesmo período<sup>29</sup>. Entre os anos de 1870 e 1873, o valor da mulher cativa em Ribeirão Preto foi, em média, 32,2% menor do que o preço do homem cativo. Considerando-se apenas as cativas em idade produtiva, essa diferença foi de 31,3%. Para o período 1874-1878 tal diferença foi ainda maior, 45,0%, considerando-se todas as escravas, e 55,5%, considerando-se apenas aquelas em idade produtiva<sup>30</sup>.

Gráfico 3 — Evolução do Preço dos Cativos (Ribeirão Preto, 1870-1878)



Não foram encontrados cativos nos inventário de 1879. ■ Média de preços das mulheres em idade produtiva

\* Médias calculadas excluindo-se cativos sem preço ○ Média de preços dos homens em idade produtiva

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

<sup>29</sup> José Flávio Motta e Renato Leite Marcondes encontraram em Guaratinguetá e Silveiras, no período 1870-1874, escravos 35,6% mais caros do que as escravas e, no período 1874-1879, essa diferença chegou a 37,7% (MOTTA & MARCONDES, 2000: 278) Resultado similar foi alcançado por Slenes em Campinas, onde, entre 1870-1874, o preço dos homens cativos foi, em média, 26,4% maior do que o das mulheres, e no período 1875-1879 essa diferença foi de, 35,1% (SLENES, 1976: 267. Apud EISENBERG, 1987: 200) Variação semelhante foi encontrada também por OLIVEIRA em Franca. Entre 1875 e 1879, o preço dos homens foi mais elevado do que o das mulheres nos inventários por ele consultados (OLIVEIRA, 1997:94) Conclusões semelhantes foram alcançadas também por Peter Eisenberg em Campinas, onde, no período 1875-1879, o preço médio dos homens foi 25,5% maior do que o das mulheres (EISENBERG, 1987: 200).

<sup>30</sup> Não foram localizados cativos nos inventários de 1879.

As diferenças no preço acabavam gerando proprietários de escravos que possuíam apenas mulheres e crianças em seus plantéis, como é o caso de João José Barreiros, inventariado a partir de 1875 em Ribeirão Preto. Quando faleceu, João José era casado com Rita Angélica Alexandrina e possuía seis filhos, todos maiores de idade, um, inclusive, já falecido. Entre seus bens, podem-se destacar 13 bois de carro, pouco mais de 36 alqueires de terras de cultura na Fazenda do Sertãozinho e três cativas, as irmãs Inez, de 23 anos, Alexandrina, de 19 anos e a pequena Luzia, filha de Inez, com apenas seis anos de idade. Os animais respondiam por 15,2% da riqueza bruta, os imóveis, 8,9% e as três escravas, 75,9% do total inventariado. A composição do patrimônio de João José exemplifica bem o peso que tinham os cativos para os detentores de pequenas posses.

Esses proprietários de escravos, como foi visto anteriormente, dedicavam-se, majoritariamente, às atividades ligadas ao campo. Entre eles, foi possível perceber que os ligados à produção de café possuíam uma porcentagem mais elevada do que a média em imóveis. Esse comportamento é um reflexo dos altos preços alcançados tanto pelos cafezais como pelas instalações necessárias à atividade. Como exemplo, há o caso de Anna Gabriela Nogueira, falecida e inventariada no ano de 1878. Anna e seu marido Gabriel possuíam terras nas imediações de São Simão e na região de Ribeirão Preto, nas quais plantavam café e criavam um pequeno número de animais. Seu rebanho, provavelmente para uso nos trabalhos da lavoura, era composto por um garrote, 11 bois de carro, cinco cavalos e três muaras. Entre os poucos bens móveis descritos, havia um carro de bois e algumas jóias de ouro e prata. O plantel de cativos era de tamanho médio, com dez elementos, sendo sete do sexo masculino e três do feminino. Os imóveis avaliados consistiam em quatro partes de terras nas fazendas Dois Irmãos, Tamanduá, Cascavel e Sertãozinho, as duas últimas em Ribeirão Preto, além de benfeitorias e pés de café. O monte mor alcançou £ 2.911,97. O cafezal e os pés de café foram avaliados em £ 1.200,30 e representavam 54,5% do valor total dos imóveis do inventário<sup>31</sup>.

Considere-se, agora, a alocação da riqueza bruta dos não-proprietários de escravos. Estes, sem disporem do investimento em mão-de-obra cativa, concentravam seus recursos, basicamente, em imóveis, cujo peso

<sup>31</sup> Inventário de Anna Gabriela Nogueira (1878).ASS, Segundo Ofício, caixa 4.

relativo na composição da riqueza revelava-se tão mais alto quanto maior se mostrasse o monte mor. Se, no caso dos proprietários de cativos, a soma dos valores alocados em escravos e imóveis representava de 76,6% a 87,0% do total dos patrimônios, no caso dos não-proprietários de cativos os bens imóveis isoladamente compunham de 59,9% a 99,2% do total da riqueza inventariada. Conforme os dados da Tabela 15, os inventariados com patrimônios de até quinhentas libras possuíam 59,9% de seus patrimônios em bens imóveis. Entre estes, as propriedades mais valiosas eram de Joaquim Antonio da Rocha e Matheus do Reis Araújo, inventariados, respectivamente, em 1877 e 1875. Eram duas partes de terra, a primeira, na Fazenda do Sertãozinho, e a segunda, na do Retiro. Seus valores em libras esterlinas foram calculados, respectivamente, em £ 224,97 e em £ 174,66.

Tabela 15 — Composição da Riqueza Bruta dos Não-Proprietários de Cativos de Acordo com as Faixas de Tamanho do Monte Mor (Ribeirão Preto, 1870-1879)

TAMANHO DO MONTE MOR	MÓVEIS	ANIMAIS	IMÓVEIS	DINHEIRO	ATIVO	MOR
Menos de 500 libras	8,1	20,3	59,9	0,9	10,8	100,0
Entre 500 e 999 libras	4,2	5,7	71,3	0,0	18,8	100,0
Entre 1000 e 1999 libras	0,8	4,9	70,9	1,4	22,0	100,0
Entre 2000 e 2999 libras	-	-	-	-	-	-
Entre 3000 e 4999 libras	0,5	4,3	80,0	0,0	15,2	100,0
Acima de 5000 libras	0,8	0,0	99,2	0,0	0,0	100,0
Total	3,1	7,8	76,7	0,5	11,9	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Joaquim Antonio possuía apenas essa propriedade, a da Fazenda do Sertãozinho, e nenhum outro bem foi descrito em seu inventário. Já Matheus dos Reis, possuía, além da parte de terras na Fazenda do Retiro, uma outra, avaliada em £ 140,13, e alguns bens móveis, avaliados em

£ 2,42. Esses dois casos exemplificam bem a concentração em imóveis dos patrimônios dos não-proprietários de cativos. No primeiro caso, de Joaquim Antonio, os imóveis constituíam cem por cento do total de sua riqueza e, no segundo caso, de Matheus dos Reis, 99,3%.

Os inventariados não-proprietários de cativos que possuíam riqueza bruta acima das quinhentas libras não se afastavam muito desse padrão. Entre estes, destaca-se o caso de Maria Urçula da Silva. Quando faleceu, Maria era casada com José Moreira da Silva. Seu inventário, aberto em 1876, arrolava alguns bens móveis e animais, além das terras, três propriedades em Ribeirão Preto e uma em Minas Gerais. Os bens móveis respondiam por 1,5% do total, os animais, por 0,4% e as propriedades rurais, por 98% do total inventariado. Casos como este podem ser encontrados em todas as faixas de tamanho de riqueza bruta, ocorrências que fazem com que as porcentagens em bens imóveis sejam tão elevadas entre os não-proprietários de cativos.

### **Considerações Finais**

O estudo da economia e dos padrões de alocação da riqueza bruta na localidade paulista de Ribeirão Preto eram os principais objetivos do presente artigo. O período escolhido foi a década de 1870, uma época que pode ser considerada de transição entre uma economia baseada na criação de gado e na agricultura de subsistência, e o cultivo do café, produto de exportação que iria absorver a maior parte dos recursos da região por pelo menos sessenta anos.

Foi possível verificar que a localidade, então de recente constituição, não teve sua formação condicionada ou influenciada pela chegada do café na região, possuindo, antes dela, uma estrutura social e um conjunto de atividades econômicas que permitiram o desenvolvimento de núcleo urbano e a manutenção de um considerável número de livres e de cativos na região. Dentre as diversas atividades desenvolvidas por seus habitantes, destacava-se a criação de gado.

Foi possível também analisar a estrutura da posse de escravos. Foram identificados 52 proprietários entre os inventariados da amostra considerada. Entre eles, observou-se o predomínio dos pequenos plantéis, constituídos por escravarias de um a quatro elementos. Apesar de sua supremacia numérica, os pequenos plantéis não concentravam a maior

parte dos cativos, estando esses, em sua maioria, em escravarias com dez elementos ou mais.

A análise da alocação de riqueza confirmou o caráter rural e escravista da sociedade estudada. Os bens imóveis e os cativos concentravam a maior parte dos recursos do conjunto de inventários. Esse padrão é válido também para o conjunto dos proprietários de escravos. No caso dos não-proprietários, a concentração do patrimônio em bens imóveis aumenta.

Seria apenas no final da década de 1870 que a localidade de Ribeirão Preto começaria a ser identificada com a cultura cafeeira. Teve início, então, a grande migração de cafeicultores de outras regiões, inclusive do Vale do Paraíba, em busca das férteis terras da região. A partir daí, a cultura se alastrou rapidamente, ocupando as terras altas, absorvendo primeiro a mão-de-obra cativa e, depois, a imigrante, estimulando o crescimento do núcleo urbano e de todas as atividades necessárias à manutenção do complexo cafeeiro, transformando uma pequena vila, cuja criação se dera havia pouco tempo, em uma das maiores produtoras de café do país.

## Legendas

AESP — Arquivo do Estado de São Paulo

APHRP — Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

AFRP — Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto

FSS — Fórum de São Simão

## Fontes Primárias

- **Almanak da Província de São Paulo**, São Paulo: Lunè e Fonseca, 1873.
- **Almanach do Estado de São Paulo**, São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890.
- **Almanach Illustrado de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia, 1914, não pag.
- **Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto**, Fundo Câmara, Administração e Patrimônio: Termo de doação de terras, 1885.
- **Impressões do Brasil no Século Vinte**, Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd. 1913.
- **Arquivo do Estado de São Paulo**, Listas de Qualificação de Votantes de São Simão, de 1847 a 1891, lata 5933.
- **Arquivo do Estado de São Paulo**, Listas de Qualificação de Votantes de Ribeirão Preto, de 1873 a 1900, lata 5887.

- **Arquivo do Estado de São Paulo**, Listas de Qualificação de Votantes de São Simão, de 1847 a 1891, lata 5933.
- **Arquivo do Estado de São Paulo**, Listas de Qualificação de Votantes de Ribeirão Preto, de 1873 a 1900, lata 5887.
- **Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto**, Processos de Inventário *Post-Mortem* dos Primeiro e Segundo Offícios de Ribeirão Preto, de 1856 a 1900.
- Fórum de São Simão, **Processos de Inventário *Post-Mortem*** dos Primeiro e Segundo Offícios de São Simão, de 1849 a 1900.

## Referências bibliográficas

- ALCÂNTARA MACHADO, José de, **Vida e morte do bandeirante** (2ª ed.), São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.
- BRIOSCHI, Lucila R., "Caminhos do ouro", in BACELLAR, C.A.P. & BRIOSCHI, L R. (orgs.), **Na Estrada do Anhanguera**, São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999:35-54.
- CANABRAVA, Alice R, **História Econômica: estudos e pesquisas**, São Paulo: HUCITEC/UNESP/ABPHE, 2005.
- COSTA, Iraci del N. da & NOZOE, Nelson H., "Elementos da Estrutura da Posse de Escravos em Lorena no Alvorecer do Século XIX", **Estudos Econômicos**, São Paulo, 19(2):319-345, maio/ago, 1989.
- COSTA, José E. da., **Álbum comemorativo do 1º Centenário da Fundação da cidade de Ribeirão Preto**, São Paulo: Schmidt, 1956.
- COSTA, Osmani E. da, **História da Fundação de Ribeirão Preto**, São Paulo, 1955.
- EISENBERG, Peter L., "Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX", **Estudos Econômicos**, 17(2): 175-216, mai/ago 1987.
- GARAVAZO, Juliana, **Economia e demografia escrava no nordeste paulista: uma área de abastecimento interno (Batatais, 1866-1876)**, Monografia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002 (mimeo.).
- IBGE, **Estatísticas históricas do Brasil**, Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988, 2ª Edição revista e atualizada, Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Séries estatísticas retrospectivas, vol. 3).
- LAGES, José A., **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro**, Ribeirão Preto: V.G.A., 1996.
- LOPES, Luciana S., "Sob os Olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900", Tese de Doutorado, Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- LUNA, Francisco V., **Minas Gerais: Escravos e Senhores**, São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

- LUNA, Francisco V., "São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos", **Estudos Econômicos** 28(1): 99-169, jan-mar 1998.
- MARCONDES, Renato L., **A arte de acumular na economia cafeeira**. Vale do Paraíba século XIX, Lorena: Stiliano, 1998.
- , "A propriedade escrava no vale do Paraíba paulista durante a década de 1870", **Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, Salvador (BA), dezembro de 2001 (CD-ROM).
- MARCONDES, Renato L. & GARAVAZO, Juliana, "A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a Classificação de Escravos (1875)", **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, 2002 (mimeo.).
- MARTINS, Roberto V., **Fazendas de São Simão**, Meados do século XIX, Pontal, 1998 (mimeo.).
- MATOS, Odilon N. de, **Café e Ferrovias**, São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- MELLO, Zélia M. C. de, **Metamorfoses da Riqueza**, São Paulo, 1845-1895. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- MILLIET, Sérgio, **Roteiro do Café**, São Paulo: s. n., 1938.
- MIRANDA, José P. de, **Ribeirão Preto de ontem e de hoje**, Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.
- , **Breve Histórico dos Poderes Legislativo e Executivo de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 1979 (mimeo.).
- MOTTA, José F., **Corpos Escravos Vontades Livres**. Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829), São Paulo: FAPESP/Annablume, 1990.
- MOTTA, José F. & MARCONDES, Renato L., "O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870", **Estudos Econômicos** 30 (2): 267-299, abr./jun. 2000.
- NOZOE, Nelson H.; VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José F.; COSTA, Iraci del N. da; ARAÚJO, Maria Lucília V. & LUNA, Francisco V., "Brasil: breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio", **Boletim de História Demográfica**, Ano XI, n. 32, mai/2004. <[http://members.tripod.com/~Historia\\_Demografica/nec/bhd32.pdf](http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/nec/bhd32.pdf)>
- OLIVEIRA, Lélío L. de, **Economia e História**, Franca - Século XIX. Franca: UNESP-FHDSS/Amazonas S/A, 1997 (História Local, 7): 18.
- SANTOS, Plínio T. dos, **Ribeirão Preto: histórico e para história**, Ribeirão Preto, 1948.
- SOARES, Leonel de O., "No caminho dos Goiazes: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi-Mirim do século XIX", Dissertação de Mestrado, Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003 (mimeo.).
- TAUNAY, Afonso D'Esgagnolle, **História do café no Brasil**, Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. 14